



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO Nº49 | NOVEMBRO 2023 >>>

www.observatoriobr319.org.br



NESTA EDIÇÃO

CAPÍTULO

Subcapítulo

A cor do capítulo e seta indicam onde você se encontra.

A cor da seta indica em qual subcapítulo você se encontra.

Botão do Sumário
do Documento.

Como navegar?

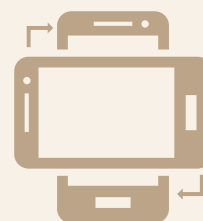
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são
hyperlinks que te levarão
para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

1. Barra de Navegação

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações
e agendamentos.



Botão que indica visualização
de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos
ou documentos

Indica a numeração e a
navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Combate às queimadas no Amazonas: órgãos de fiscalização cobram informações sobre a fumaça que encobriu Manaus

9 Interior em Foco

- Lideranças femininas atuam para garantir governança e conservação da floresta na BR-319

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Diálogos da BR-319

- Governo federal cria Grupo de Trabalho para apresentar soluções que unam infraestrutura e sustentabilidade para a BR-319

19 Ciência

- Impactos das mudanças climáticas globais sobre a fauna aquática na Amazônia

21 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Nesta edição, voltamos a falar sobre as medidas de combate às queimadas na Amazônia.

O momento é oportuno devido a realização da COP-28, pois mostra a dimensão do desafio ambiental que o Brasil e o mundo têm diante do cenário que se impõe.

O Destaque do Mês traz informações sobre medidas importantes tomadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM) para o combate às queimadas no Amazonas. As colocações do procurador de contas Ruy Marcelo sobre o ODS13 são muito interessantes.

No Interior em Foco fala sobre o protagonismo de mulheres na luta pela governança dos seus territórios. O conteúdo foi produzido durante o VI Congresso Nacional das Populações Extrativistas, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

A seção Ciência fala sobre como a seca afeta a vida nos rios da Amazônia. O artigo é o primeiro do Programa de Estudos Ecológicos de Longa Duração (PELD) Diversidade da Várzea (Diva), o PELD-Diva neste Informativo. Esperamos que venham mais.



O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR E DESMATAMENTO



O Diálogos da BR-319 traz novidades: a criação do GT BR-319, que foi prometido pelo presidente Lula em agosto e só agora foi criado. Ainda temos poucas informações sobre a dinâmica dos trabalhos, mas com certeza ele será pauta com frequência por aqui nos próximos meses.

Por fim, não deixe de ler o Minuto BR e os dados de monitoramento de desmatamento e focos de calor.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês

Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real



Combate às queimadas no Amazonas: órgãos de fiscalização cobram informações sobre a fumaça que encobriu Manaus

Com a repercussão da fumaça que tomou conta da Região Metropolitana de Manaus (RMM) entre outubro e novembro, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) solicitando que a Justiça Federal determine ao Estado do Amazonas a apresentação de documentos que provem medidas adotadas para o combate ao desmatamento e às queimadas desde 2019.

Segundo o órgão, não há evidências de que as medidas adotadas no Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-AM5), para o biênio de 2023 a 2025, foram suficientes e adequadas.

“Assim, cabe ao Chefe da Casa Civil (coordenador do Comitê do PPCDQ-AM) demonstrar, de forma inequívoca, que não houve omissão governamental e que, portanto, o Estado não deveria ser



Foto: Marcos Amend

Imagem registrada na área de influência da BR-319, entre Careiro da Várzea e Manicoré.

responsabilizado pelos danos ambientais e climáticos derivados da poluição atmosférica que atingiu níveis alarmantes a partir do mês de outubro de 2023”, diz a Ação. O MPF também afirma “o cenário sinaliza que há uma execução deficiente do PPCDQ-AM, ocasionando danos ambientais decorrentes da poluição das queimadas, com efeitos deletérios à saúde da população, em especial devido ao incremento de doenças respiratórias relacionadas à fumaça”.

No dia 21 de novembro, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) divulgou informações dando conta de que a fumaça que encobriu a região da capital do Amazonas no período, teve origem no oeste do Pará e na RMM. “Os dados são extraídos do monitoramento coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), instituição de excelência em questões como mudanças climáticas, e Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA, na sigla em inglês), instituição do governo norte-americano referência internacional nesse tipo de acompanhamento. De acordo com imagens do satélite GOES-16, fornecidas pela NOAA e analisadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), Manaus ainda está sob pressão do acúmulo de fumaça dos últimos dois dias nas duas localidades”, informou a secretaria.

O governo do Pará desconversou sobre a sua contribuição à situação no Amazonas. Questionado pela Revista Cenarium, o governador do Pará, Helder Barbalho, disse que “nesse momento, nós estamos vivenciando no mundo o fenômeno El Niño, que está mostrando a repercussão mais severa de estiagem na região da bacia amazônica, e isso está repercutindo em todos os Estados. Isto deve, inclusive, ser avaliado, pois nós temos, por um lado, redução do desmatamento na Amazônia e, por outro, o aumento de focos de queimadas, que são coisas distintas”. Entre outubro e novembro, o município de Santarém, na calha do rio Tapajós, no Pará, também ficou encoberto por fumaça.

Em artigo de opinião publicado no site ECOA, o cientista Lucas Ferrante contestou a versão do governo do Amazonas e afir-



mou que a fumaça era proveniente de queimadas em municípios da área de influência da BR-319. As afirmações dele foram baseadas em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Projeto ATTO (*Amazon Tall Tower Observatory*). De acordo com Ferrante, com o aquecimento das águas do oceano Pacífico, houve um enfraquecimento de correntes de ar provenientes do leste, o que dificultaria a vinda de fumaça, que é mais pesada que vapor d'água, do Pará para Manaus. Ferrante disse que, ao sul de Manaus, em Careiro e Autazes, existia “uma área de emissão de particulados e a pior qualidade do ar na região central da Amazônia”.

SITUAÇÃO DA BR-319

Os dados crescentes de fogo na área de influência da BR-319 são um exemplo da gravidade da situação no Amazonas. Em setembro, os municípios de Autazes (277), Humaitá (532), Manaus (29) e Tapauá (151) registraram o maior número de focos de calor para o mês na série histórica monitorada de 2010 a 2023. A mesma situação aconteceu nas Unidades de Conservação (Ucs) Floresta Nacional (Flona) de Balata-Tufari (17), Reserva Extrativista (Resex) do Médio Purus (12) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista (3). O Parque Nacional (Parna) de Anavilhanas (1), o Parna do Acari (1), a RDS do Matupiri (10) e a RDS do Rio Amapá (6) registraram pela primeira vez focos de calor no mês de setembro desde 2010. As informações são do monitoramento publicado na edição nº 48 do Informativo Observatório BR-319.

Segundo o consultor responsável pelo monitoramento de

desmatamento e focos de calor do Observatório BR-319, Thiago Marinho, considerando o quadrimestre de agosto a novembro de 2023, o estado do Amazonas teve pouco mais de 17 mil focos de calor. “Para os 12 municípios do Amazonas que fazem parte da área de influência da BR-319, foram pouco mais de 7 mil focos de calor, o que significa que esses municípios representam cerca de 40% das queimadas registradas no estado”, analisa. “Nos últimos cinco anos, se compararmos o quadrimestre de agosto a novembro, vamos perceber que houve um aumento no número de focos de calor nos municípios da BR-319. Em 2019, foram quase 5 mil focos de calor alcançando 9 mil em 2022. Houve uma redução em 2023, de cerca de 20%, chegando a 7 mil focos de calor, algo que não é para se comemorar, pois ainda estamos em um cenário de grandes queimadas, inclusive, os municípios da parte norte da rodovia, na Região Metropolitana de Manaus, alcançaram os

maiores valores da série histórica de monitoramento. Isso repercutiu como fumaça em Manaus, por essa razão, a situação ainda é preocupante e nada animadora”, disse Marinho.

OUTRAS MEDIDAS

Com base no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 – Ação contra a mudança global do clima, o procurador de contas do Estado do Amazonas, Ruy Marcelo Alencar, propôs com uma Ação Popular Ambiental de Litigância Climática com pedido de tutela de urgência por poluição atmosférica contra a União, representada pela Advocacia-Geral da União. O teor da medida tem intenção de combater ações que provocaram a fumaça no estado do Amazonas.

O texto diz que “a ação impugna, em caráter emergencial,



Foto: Marcos Amend

reiterados atos administrativos, omissivos e comissivos, imputáveis aos requeridos, gravemente ilícitos e lesivos ao meio ambiente e ao bioma Floresta Amazônica, por consubstanciarem enfrentamento e proteção insuficientes e ineficazes até aqui para debelar e remover, minimamente, no curto prazo, o perigoso estado de colapso climático atmosférico que vigora no Estado do Amazonas e oeste do Pará, por nível insalubre constante de poluição no ar, em toda a região, dada a concentração e acumulação de resíduos de queimadas e incêndios florestais, no contexto de estiagem severa, seca recorde dos rios, baixa umidade e represamento do ar tóxico que assola a Amazônia. Enfim, combate-se estado de coisas inconstitucional climático na região que impacta o Requerente, toda a população e a biodiversidade amazônicas.

Ao Observatório BR-319, o procurador Ruy Marcelo disse que, desde 2016, quando houve um aumento na tendência de crescimento de ilícitos florestais no Amazonas, o Ministério Público de Contas, junto ao Tribunal de Contas, passou a atuar intensamente para combater omissões e deficiências dos gestores estaduais e municipais. “Foram expedidas sucessivas cobranças, às autoridades executivas, com base em imagens de satélites e dados oficiais, alertando quanto à proteção deficiente, quanto à insuficiência dos quadros e da consequente necessidade de fortalecimento dos programas e políticas públicas de repressão aos ilícitos ambientais; notadamente, ao desmatamento e às queimadas”, disse Ruy. “Foram aplicadas multas, expedidas determinações, mas, infelizmente, o resultado não foi e não é satisfatório. Ante a ineficácia das requisições, ante a falta de reversão dos números, o MP de Contas vem deduzindo



Foto: Marcos Amend

sucessivos alertas de responsabilidade fiscal, várias representações para definição de responsabilidade, envolvendo desde prefeitos até o governador do estado”, acrescenta.

No começo de setembro, o MPC expediu ofícios a órgãos da administração estadual recomendando os reforços no combate às queimadas. “Infelizmente, esses esforços não vieram de pronto, ao argumento de dificuldades financeiras e orçamentárias em que pese a declaração de emergência ambiental ainda no mesmo mês”, relata Ruy. O procurador também diz que, em outubro, o MPC fez uma representação junto o TCE-AM “com o objetivo de obrigar as autoridades estaduais a cumprirem a Resolução 491/2018 – CONAMA, no sentido de providenciarem plano de contingência para ge-

renciamento dos intervalos de nível de crítico de poluição mediante medidas de restrição às emissões, atendimento à saúde, e outras de enfrentamento ao que pode ser considerado desastre gravemente nocivo à saúde pública, tendo em vista toxicidade do material particulado fino nas fumaças das queimadas. Presentemente, estamos avaliando as responsabilidades pelos eventos nos municípios que mais contribuíram para a crise climática no período”.

Para o procurador, é urgente estruturar o regime de gestão de riscos de desastres, medidas de prevenção, de precaução, de mitigação de efeitos e de adaptação às novas possibilidades climáticas extremas no estado do Amazonas para evitar que a fumaça volte a tomar Manaus. “É necessária a cooperação e a atuação articulada e intersetorial de todos os níveis da federação: União, Estado e municípios, para formular e colocar em prática um grande planejamento estratégico de enfrentamento às mudanças climáticas, capaz de aplicar medidas que ponham as populações a salvo dos impactos prováveis das secas, chuvas e enchentes severas, com uso tanto de novas tecnologias quanto de soluções baseadas na natureza”, conclui.

LEIA MAIS:



» Integra da ação ajuizada pelo MPF

» Amazônia à prova de fogo exige planejamento, política pública e ciência



Interior em Foco

Lideranças femininas atuam para garantir governança e conservação da floresta na BR-319

A área de influência da BR-319 abriga centenas de comunidades indígenas e não indígenas que sofrem pressões de diversas naturezas.

Enfrentar essas ameaças é uma luta diária que tem como protagonistas mulheres que atuam para garantir a governança do território e a conservação da floresta na área de influência da rodovia. Essas lideranças são testemunhas do avanço da degradação ambiental nas Unidades de Conservação (UCs), que envolve, muitas vezes, crimes ambientais como invasão de terras e exploração ilegal dos recursos do território.

Uma dessas lideranças é Sílvia Elena, secretária de Direitos Humanos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Moradora de Manicoré, um dos municípios da área de influência da BR-319, ela relata os efeitos do desmatamento e assentamentos derivados da ocupação na região da rodovia. “As cabeceiras dos igarapés estão sendo assoreadas por esse



Foto: Divulgação / CNS

VI Congresso Nacional das Populações Extrativistas, em Brasília (DF).

desmatamento. Essa pavimentação da BR e o assoreamento vão deixar muitos igarapés sem água, muitos rios e lagos. E não só isso, porque quando nós perdemos a água, perdemos tudo o que existe nela, principalmente os peixes que são a

principal fonte de alimentação das comunidades extrativistas ribeirinhas”, afirma.

Para ela, as propostas de reconstrução da BR-319 não atendem às necessidades das comunidades, em especial das UCs. “Não houve um estudo que realmente mostrasse o perigo que é a BR ser feita da forma como ela está sendo feita. Essa é uma preocupação muito grande de todos que moram ali no entorno da BR, porque nós já vemos o desmatamento que já começou a acontecer”, explica.

Sílvia Elena enfatiza que os movimentos sociais não são contra o asfaltamento da rodovia, mas que é necessário mecanismos de fiscalização para combater ilegalidades na região. O trabalho realizado pelas organizações de mulheres contribui para a proteção de recursos naturais e do modo de vida das populações locais, afirma Sílvia Elena. Ela relata que as mulheres atuam no extrativismo, como a produção de açaí, castanha, borracha e artesanato, entre outros. “Esse trabalho da mulher é fundamental porque normalmente elas assumem a responsabilidade da família. Quando elas perdem o território, elas têm dificuldade para manter a sua família, a alimentação e os filhos dentro da escola. Precisamos ter um olhar mais atento a essas mulheres que são as protetoras e as financiadoras do seu lar”, declara. seu lar”, declara.

*Texto produzido e gentilmente cedido pela Up Comunicação Inteligente durante o **VI Congresso Nacional das Populações Extrativistas**, em Brasília (DF).*



NESTA EDIÇÃO

Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento

Foto: Orlando K. Júnior/FAS

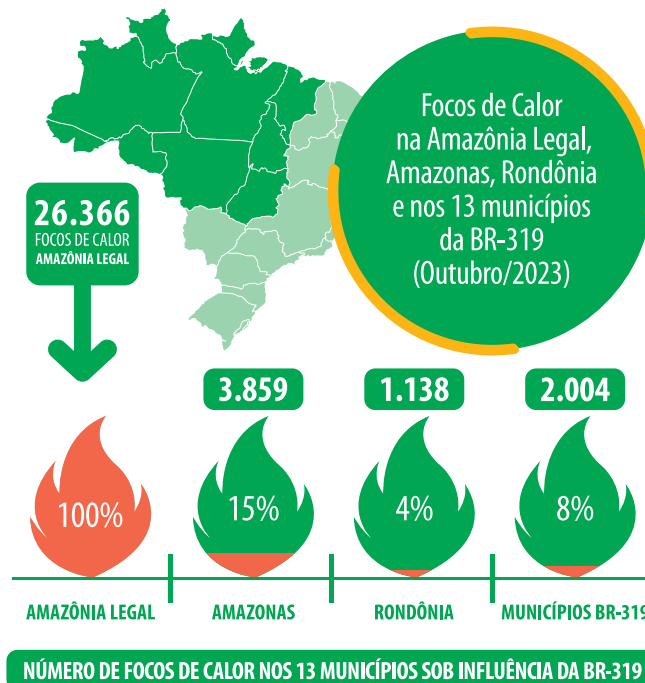


Monitoramento de Focos de Calor

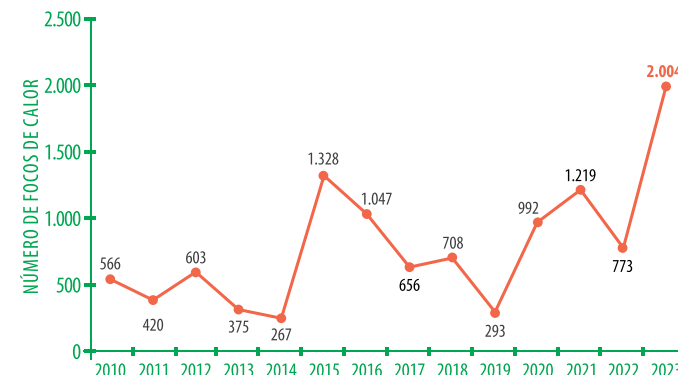
Em outubro de 2023, houve aumento de 38% no número de focos de calor na Amazônia Legal, que foi acompanhado pelos estados do Amazonas, como 157%, e de Rondônia, com 38%; o mesmo aconteceu na área dos 13 municípios sob influência da BR-319, como elevação de 159% em comparação ao mesmo mês em 2022. Na Amazônia Legal, este foi o segundo maior valor da série histórica monitorada, de 2010 a 2023, e para o estado do Amazonas e municípios da BR-319 foram os maiores valores da série.

MUNICÍPIOS DA BR-319

Com exceção de Manaus e Tapauá, todos os demais municípios sob influência da BR-319 apresentaram aumento de focos de calor em outubro de 2023. Destaque para Manaquiri, que registrou aumento de 7 em 2022 para 56 em 2023; e Careiro, de 23 em 2022 para 155 em 2023. Nos municípios de Autazes, Beruri, Borba, Canutama, Careiro, Humaitá e Lábrea os valores foram os maiores para o mês de outubro na série histórica monitorada (2010 a 2023). Lábrea (2ª) e Porto Velho (9ª) ficaram entre os 10 municípios com mais focos de calor no mês na Amazônia Legal.



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE OUTUBRO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A OUTUBRO DE 2022

AUMENTOU

- Manaquiri (700%)
- Careiro (574%)
- Careiro da Várzea (381%)
- Lábrea (250%)
- Borba (227%)
- Autazes (188%)
- Canutama (149%)
- Beruri (107%)
- Porto Velho (95%)
- Manicoré (93%)
- Humaitá (27%)

DIMINUIU

- Tapauá (13%)
- Manaus (11%)

FOCOS DE CALOR ZERO EM OUTUBRO/2023

- Nenhum município.



ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), 18 das 42 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 43%. A Resex Jaci-Paraná registrou 99 focos de calor, o maior valor dentre as UCs monitoradas. Além disso, ficou na 4ª posição entre as UCs estaduais com mais focos de calor no mês de outubro na Amazônia Legal.

Nas Terras Indígenas (TIs), 21 das 69 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 30%. A TI Tenharim Marmelos registrou 12 focos de calor, o maior valor dentre as TIs monitoradas. [Saiba mais no site.](#)

30%

**DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR**

43%

**DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR**



**LISTA DE TIs
MONITORADAS**

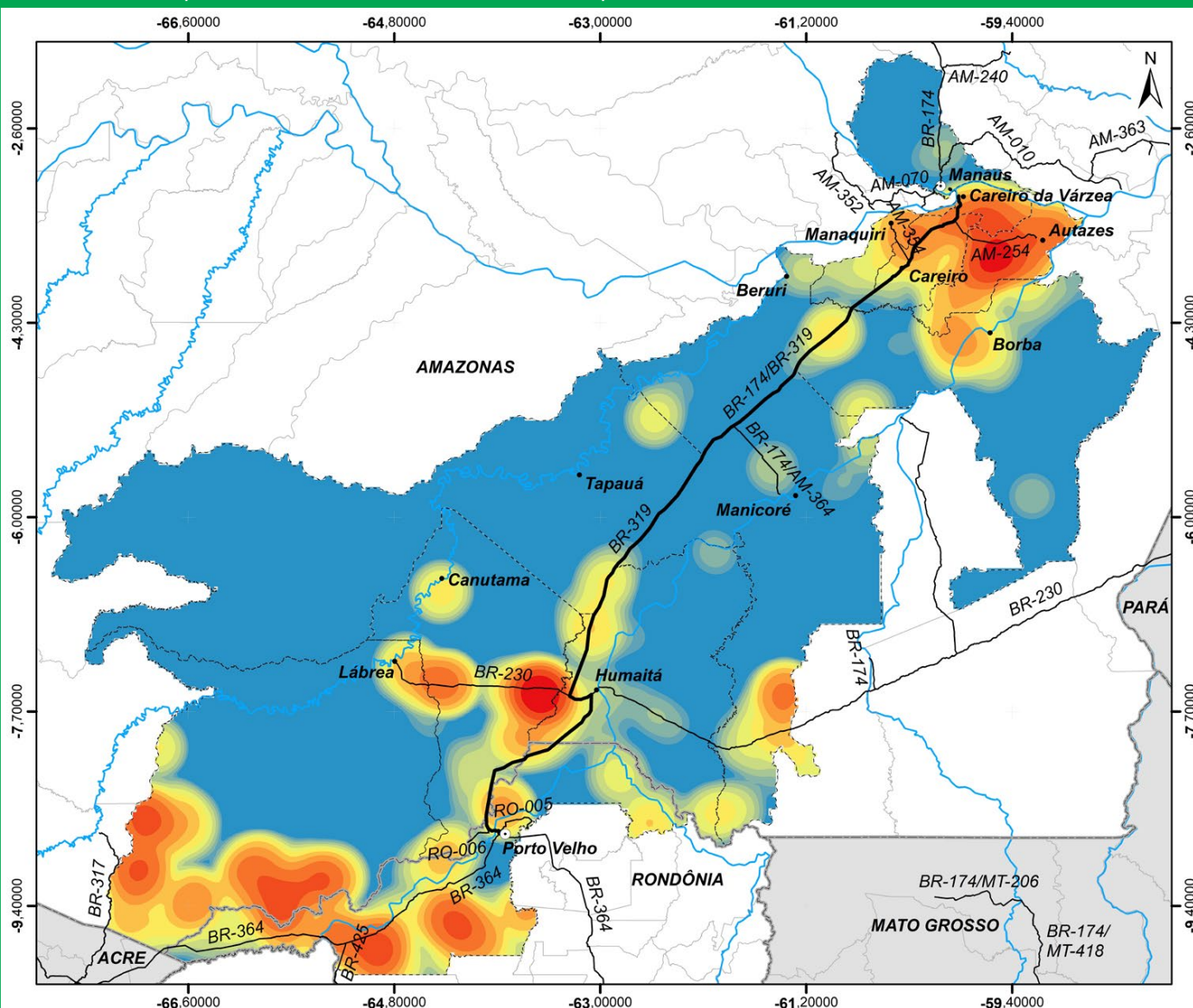


**LISTA DE UCs
MONITORADAS**



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Outubro 2023



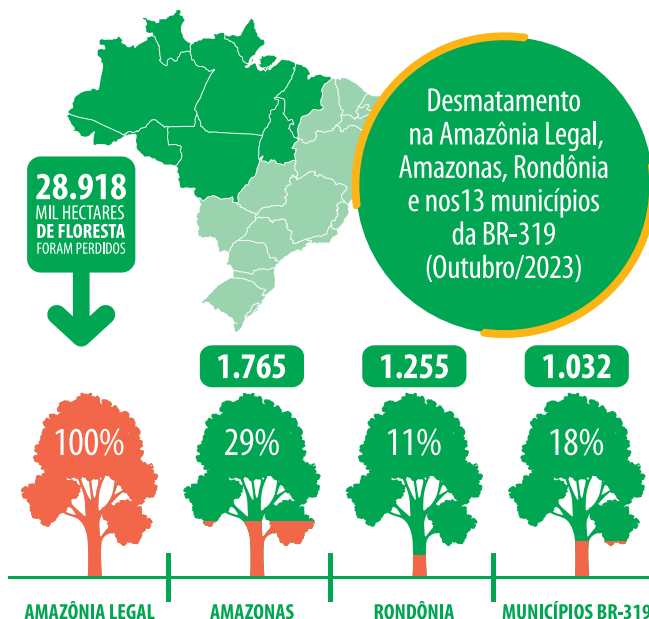


Monitoramento de Desmatamento

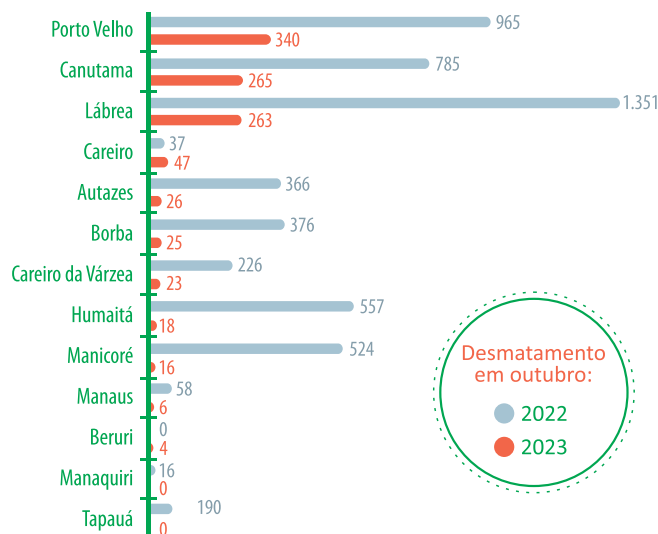
No mês de outubro de 2023, houve redução de 54% no desmatamento na Amazônia Legal, de 77% no Amazonas e de 68% em Rondônia; a área dos 13 municípios sob influência da BR-319 também registrou 81% de diminuição em comparação com o mesmo mês em 2022. Os valores são os menores para o mês de outubro desde 2018.

MUNICÍPIOS DA BR-319

Com exceção dos municípios de Manaquiri e Tapauá os demais municípios sob influência da BR-319 registraram desmatamento em outubro de 2023. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve aumento no desmatamento apenas nos municípios de Beruri, que não havia registrado desmatamento em outubro de 2022 e somou 4ha esse ano; e Careiro, que saltou de 37ha em 2022 para 47ha em 2023, um crescimento de 10ha de desmatamento. Destaque para Humaitá reduziu de 557ha em 2022 para 18ha em 2023, um decréscimo de 539ha de desmatamento.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A OUTUBRO DE 2022

AUMENTOU

- Careiro (26%)

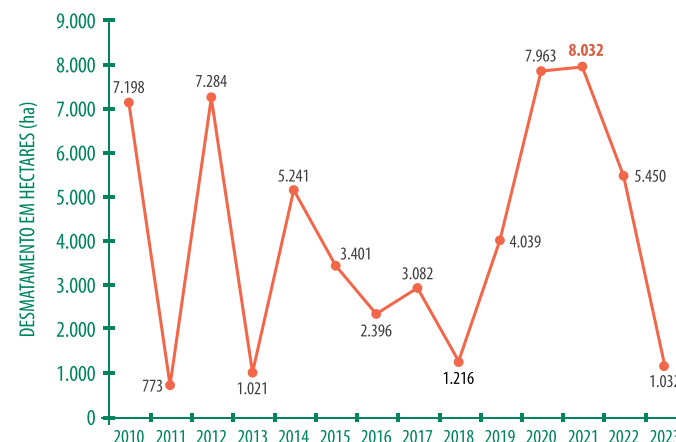
DIMINUIU

- Humaitá (97%)
- Manicoré (97%)
- Autazes (93%)
- Borba (93%)
- Careiro da Várzea (90%)
- Manaus (90%)
- Lábrea (81%)
- Canutama (66%)
- Porto Velho (65%)

DESMATAMENTO ZERO EM OUTUBRO/2023

- Manaquiri
- Tapauá

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE OUTUBRO (2010 A 2023)





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas UCs, três das 42 monitoradas apresentaram desmatamento no mês, um percentual de 7%. A Resex Jaci-Paraná registrou 22ha, o maior valor dentre as UCs monitoradas, o que representa 72% do total detectado.

Nas TIs, sete das 69 monitoradas apresentaram desmatamento no mês, um percentual de 10%. A TI Karipuna registrou 34ha, o maior valor dentre as TIs monitoradas, o que representa 44% do total detectado nas TIs. Além disso, ficou na 5ª posição entre as TIs mais desmatadas no mês de outubro na Amazônia Legal. As TIs Coata-Laranjal (8ha) e Ponciano (2ha) registraram pela primeira vez desmatamento no mês de outubro (2010 a 2023). [Saiba mais no site.](#)

10%

**DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO**

7%

**DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO**



**LISTA DE TIs
MONITORADAS**

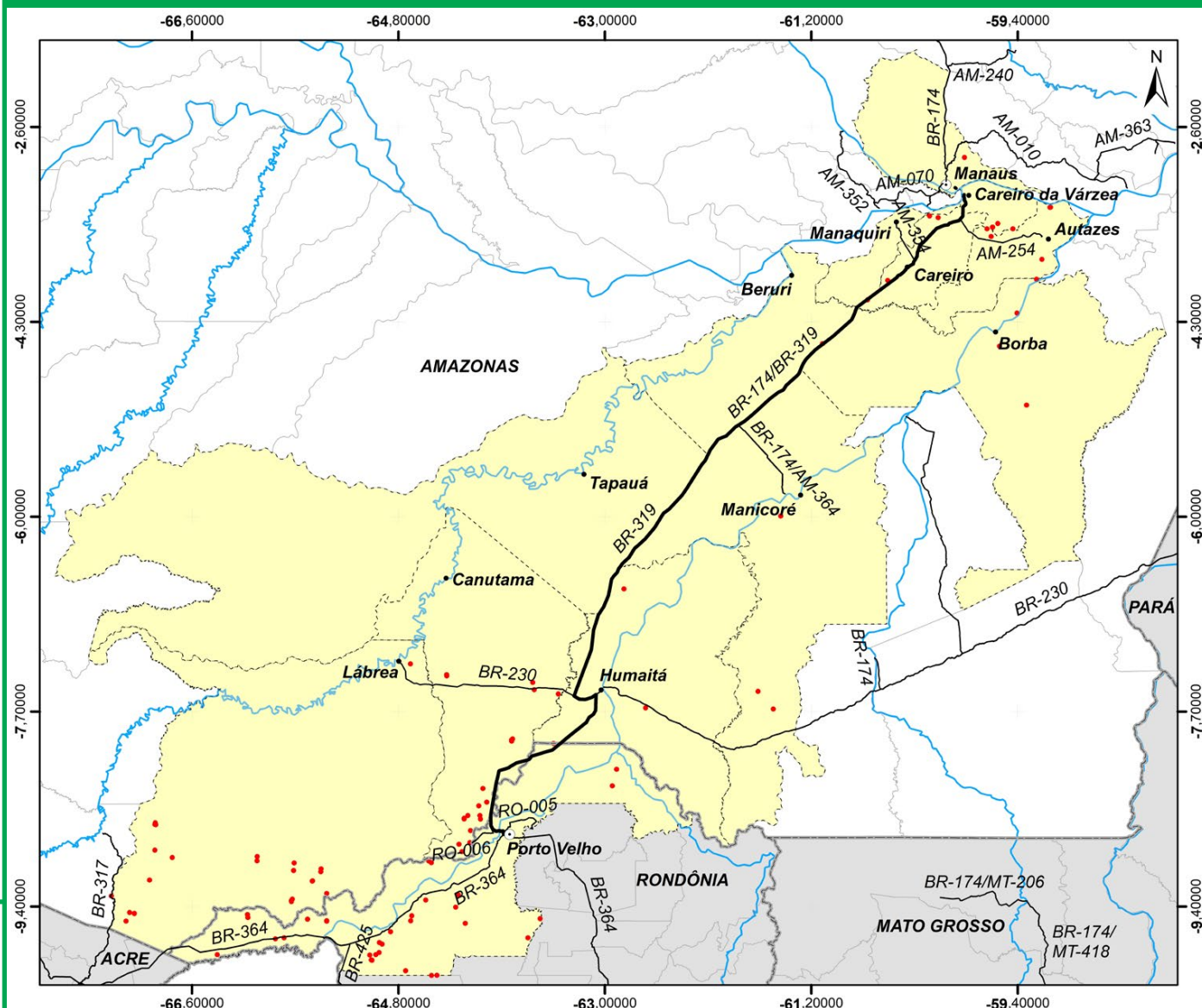


**LISTA DE UCs
MONITORADAS**



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Outubro 2023





NESTA EDIÇÃO

Diálogos da BR-319

Governo federal cria Grupo de Trabalho para apresentar soluções que unam infraestrutura e sustentabilidade para a BR-319

No dia 17 de novembro, o Ministério dos Transportes publicou no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 11092023, que instituiu o Grupo de Trabalho da Rodovia BR-319, o GT BR-319.

Segundo a publicação, a finalidade da iniciativa é “apresentar estudos e propostas que promovam a otimização da infraestrutura da rodovia, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação à mudança do clima no corredor de transporte de que faz parte a BR-319”. O GT terá duração de 90 dias prorrogáveis por mais 90.

O GT BR-319 será coordenado pela Subsecretaria Sustentabilidade, responsável pelas atividades e por prestar o apoio técnico e administrativo. O grupo será composto por representantes de subsecretarias do Ministério dos Transportes como de Sustentabilidade e de Fomento e Planejamento; da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e Infra S.A.. O grupo deve se reunir a cada 20 dias em Brasília (DF).

A coordenação do GT BR-319, poderá convidar especialistas e

representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados de notório conhecimento especializado, para participar de suas reuniões. A portaria diz que o GT poderá consultar outros órgãos do governo e estados e municípios do eixo da rodovia. Além disso, o GT BR-319 também poderá firmar acordos de cooperação com organismos internacionais, por intermédio dos órgãos que compõem o colegiado. [Leia a portaria na íntegra clicando aqui.](#)



Foto: Divulgação / Ministério dos Transportes

Ministro dos Transportes Renan Filho.

Entre as competências do grupo estão:

- Realizar levantamento sobre a situação atual da Rodovia BR-319, com base em estudos técnicos e científicos existentes, com foco na identificação de potenciais problemas relacionados à otimização da rodovia;
- Considerar nos trabalhos do GT BR-319, a análise de estudos, projetos, relatórios de outros grupos, que já tenham tratado do tema, especialmente, as conclusões do grupo instituído pela Portaria MMA Nº 295/2008;
- Propor, se viável, medidas, inclusive normativas, para melhoria da infraestrutura da Rodovia BR-319, que promovam a sustentabilidade e a segurança viária e mitiguem os impactos ambientais e de mudança do clima na área de influência da rodovia; e
- Consultar os órgãos governamentais e demais partes interessadas, incluindo a sociedade civil, para discutir e avaliar as propostas apresentadas.



LEIA MAIS EM: [Grupo ouve governadores e parlamentares e apresenta plano de trabalho para a BR-319/AM/RO](#)



Ciência

Foto: Werica Lima / PLED-Diva Divulgação

Comunidade no rio Purus.

Impactos das mudanças climáticas globais sobre a fauna aquática na Amazônia

A Bacia Amazônica é fortemente ameaçada pela construção de barragens, exploração de minérios, petróleo e gás natural, sobrepesca e secas e cheias extremas.

É considerada especialmente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas no planeta. Segundo previsões do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a região Amazônica sofrerá alterações nos regimes de vazão dos rios e igarapés devido a alterações na chuva e na evapotranspiração locais, fatores que afetam diretamente a composição dos organismos aquáticos.

Uma das possíveis consequências das mudanças climáticas na Amazônia é a frequência dos eventos climáticos. Com base em projeções do IPCC, a ação do homem já causou um aumento de temperatura global de cerca de 1 °C comparado aos níveis pré-industriais. Acredita-se que ainda atinja aproximadamente 1,5 °C entre 2035 e 2052.

Para as espécies de peixes nos sistemas de rios-planícies de inundação e que dependem da floresta como área de alimentação,

eventos extremos de seca podem colocar em risco o período de reprodução. As plantas que servem como alimento para os peixes, podem acabar morrendo pelo longo tempo em que suas raízes ficam submersas. Assim, essas mesmas áreas, que também funcionam como abrigo para os peixes, correm o risco de serem reduzidas. Cheias prolongadas podem diminuir a qualidade da água.

A influência de eventos climáticos extremos altera o padrão de intensidade e duração do regime de chuvas. Por esse motivo, é esperado que isso afete também a disponibilidade de peixes para pesca. Consequências que envolvem crises na compra e venda de pescado; e a oferta de proteína animal para a alimentação humana.

Muitas espécies de peixes desenvolvem adaptações para sobreviver a condições extremas, e se tornam mais resilientes aos efeitos dos eventos climáticos que vêm ocorrendo com frequência nos últimos tempos. Estudos indicam que os 9 anos seguintes à seca de 2005, foram caracterizados pela ocorrência de secas anuais mais prolongadas. Isso provocou uma reorganização na comunidade de peixes, com mudanças na composição e estrutura funcional, atingindo um novo estado que dura até hoje.



Foto: Divulgação Equipe PELD-DIVA

Para evitar efeitos ainda mais negativos, é preciso uma série de ações preventivas, tanto para a manutenção da biodiversidade aquática como para o manejo na região, já que a Amazônia abriga a maior diversidade de peixes de água doce do mundo e os recursos pesqueiros tem papel importante na alimentação dos habitantes do interior da Amazônia brasileira. É necessário analisar como as características da ictiofauna e a pressão da atividade da pesca estão relacionadas com as condições ambientais, utilizando longas séries temporais de dados, para então fornecer soluções na adoção de medidas de conservação.

*Texto adaptado do original publicado no site do projeto **Pesquisa Ecológica de Longa Duração: Diversidade da Várzea (PELD-Diva)**, que gentilmente autorizou a reprodução neste informativo.*



NESTA EDIÇÃO

Minuto BR

Foto: Michael Dantas/WCS Brasil



Pontes



O **Dnit Amazonas** **relançou**, no último dia 20 de novembro, uma licitação para terceirizar a supervisão das obras de reconstrução das pontes sobre os rios Autaz-Mirim e Curuçá, nos quilômetros 23 e 24 da BR-319, que desabaram no segundo semestre de 2022. O edital mostra que o órgão reservou quase R\$ 11,6 milhões para essa finalidade. Conforme os documentos da licitação, o contrato será dividido em dois lotes: o primeiro com valor estimado em mais de R\$ 5,8 milhões e o segundo com custo de mais de R\$ 5,7 milhões.



Inpa



Henrique dos Santos Pereira, professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), é o **novo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)**, o mandato tem duração de quatro anos. Em entrevista à revista Amazônia Latitude, ele falou sobre BR-319 e a importância de esclarecer à sociedade a viabilidade econômica da rodovia.

Foto: Divulgação / PQA-AM



Quelônios



Desde 16 de novembro, **servidores do Ibama** e alunos da Ufam, acompanham o período de eclosão de quelônios ao longo da rodovia BR-319 em nove comunidades dos municípios de Careiro Castanho e Autazes. Diferentemente do que acontece em outras etapas do Programa Quelônios da Amazônia (PQA), o manejo nessas localidades exige a transferência dos ovos. Em situações normais, eles são marcados e vigiados na própria praia. No entorno de Manaus, onde os ninhos são feitos em barrancos ou longe da areia, é necessária transferi-los para evitar roubos ou depredações, por exemplo. A maioria dos ninhos são de tracajá, com 25 e 30 ovos em média. Conforme o sucesso do manejo, a taxa de nascimento pode alcançar 95%. Na primeira fase, realizada em agosto passado, os ovos foram transferidos para chocadeiras artificiais. Esses equipamentos ficam sob os cuidados de moradores das comunidades. O tempo de incubação é de 90 dias.

Multas



No dia 21/11, O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a validade da notificação por edital para infratores ambientais apresentarem alegações finais nos processos administrativos do Ibama. A decisão favorável ao instituto confirma a legalidade de multas ambientais que somam R\$ 29,1 bilhões. A notificação por edital é uma das ferramentas do Ibama para combater crimes ambientais. Desde janeiro, a intensificação das ações de comando e controle resultou na queda de 49,7% do desmatamento na Amazônia em relação aos dez primeiros meses de 2022.



Foto: Divulgação / MMA



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Thiago Marinho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



GREENPEACE

